



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

Pesadelo Americano: Neoliberalismo, Neoconservadorismo e Des-Democratização¹

American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization

Pesadilla Americana: Neoliberalismo, Neoconservadurismo y Des-Democratización

Wendy Brown

RESUMO

Neoliberalismo e neoconservadorismo são duas racionalidades políticas distintas nos Estados Unidos contemporâneo. Eles apresentam poucas características em comum e até parecem contraditórios em muitos aspectos. No entanto, eles convergem não somente na atual administração presidencial, mas também em seus efeitos des-democratizantes. Suas respectivas desvalorizações de liberdade política, igualdade, cidadania substantiva e o Estado de Direito em favor da governança consoante a critérios de mercado, por um lado, e a valorização de poder do Estado para fins supostamente morais, por outro, comprometem ambas as cultura e instituições da democracia constitucional. Acima de tudo, as duas racionalidades trabalham simbioticamente para produzir um sujeito relativamente indiferente à veracidade e à responsabilização no Governo, à liberdade política e à igualdade entre os cidadãos.

¹ O texto de Wendy Brown foi publicado originalmente na *Political Theory*, da SAGE Publications, em Dezembro de 2006 no Vol. 34, No. 6, pp. 690-714. **Tradução:** José Rodolfo Lopes da Silva. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente Estagiário de Pós-Graduação na Universidade de Aveiro (UA), Portugal [bolsa CAPES-Print]. Membro do grupo de estudos e pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças (POC's) da UFPel e do Grupo de Género e Performance (GECE) da UA. **Revisão técnica:** Marcio Caetano. Doutor em Educação e docente na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atua nos Programas de Pós-graduação em Educação da UFPel e da UFRGS, coordena o Centro de Memória João Antônio Mascarenhas e é líder do Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças– POC's. Hudson Cristiano Wander de Carvalho. Doutor em Psiquiatria e Psicologia Médica pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Docente adjunto do curso de psicologia e pesquisador do D'GENERUS: Núcleo de Estudos Feministas e de Género, ambos vinculados à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Palavras-chave: neoliberalismo; neoconservadorismo; democracia; des-democratização.

ABSTRACT

Neoliberalism and neoconservatism are two distinct political rationalities in the contemporary United States. They have few overlapping formal characteristics, and even appear contradictory in many respects. Yet they converge not only in the current presidential administration but also in their de-democratizing effects. Their respective devaluation of political liberty, equality, substantive citizenship, and the rule of law in favor of governance according to market criteria on the one side, and valorization of state power for putatively moral ends on the other, undermines both the culture and institutions of constitutional democracy. Above all, the two rationalities work symbiotically to produce a subject relatively indifferent to veracity and accountability in government and to political freedom and equality among the citizenry.

Keywords: neoliberalismo; neoconservatism; democracy; de-democratization.

RESUMEN

El neoliberalismo y el neoconservadurismo son dos racionalidades políticas distintas en los Estados Unidos contemporáneos. Tienen pocas características formales superpuestas e incluso parecen contradictorias en muchos aspectos. Sin embargo, convergen no solo en la administración presidencial actual, sino también en sus efectos des-democratizadores. Su respectiva devaluación de la libertad política, la igualdad, la ciudadanía sustantiva y el estado de derecho en favor de la gobernanza según criterios de mercado, por un lado, y la valorización del poder estatal con fines supuestamente morales, por el otro, socava tanto la cultura como las instituciones de la democracia constitucional. Sobre todo, las dos racionalidades funcionan de manera simbiótica para producir un sujeto relativamente indiferente a la veracidad y la responsabilidad en el gobierno y a la libertad e igualdad política entre la ciudadanía.

Palabras-clave: neoliberalismo; neoconservadorismo; democracia; des-democratización.

Stuart Hall recentemente sugeriu que vários poderes e racionalidades que configuram o presente estariam mais bem compreendidos de acordo com a lógica do trabalho onírico do que com a lógica da implicação filosófica². A ideia, sem dúvida, é evitar impor uma estrutura monológica, internamente consistente, temporalmente linear e sistemática àquilo que não é nenhuma destas coisas³. Mas a sugestão provocativa de Hall é também difícil de

² Stuart Hall, discurso por ocasião do lançamento do Centro para Cidadania, Identidade e Governança (CIGS) na Universidade Aberta, Milton Keynes, Reino Unido, Março de 2005.

³ William Connolly ofereceu uma metáfora diferente, a da “máquina de ressonância”, para capturar as relações ou imbricações de diferentes racionalidades que juntas constroem a paisagem política contemporânea, e especialmente para fazê-lo sem recorrer à causalidade, ao materialismo bruto, às teorias de manipulação, ou metateoria. Veja William Connolly, “The

acompanhar e não apenas por conta dessa complexidade onírica. Certamente existe esta complexidade: segundo Freud, sonhos não meramente mediam entre a confusão de experiências de vida e uma formação inconsciente preexistente, mas são praticados em nome do organicismo – este é seu trabalho – de formas que excedem tais mediações e em realidade reconstroem elementos do inconsciente. Mas a imagem do processo onírico levado para análise política também promete perfurar a presunção de nossa inocência e virtude: os sonhos comumente nos contam coisas que nós normalmente preferiríamos não saber sobre nós mesmos, em particular revelando identificações e desejos que nós conscientemente repudiamos. Padronizar a análise política segundo o processo onírico ameaça, desta forma, perfurar um impulso moralizador político de esquerda que deseja que tudo que a direita representa seja conduzida pela nefastidade, pequenez ou ganância e que tudo o que fazemos seja generoso e bom, um impulso que molda *Nós* e *Eles* em universos morais-políticos ininterruptos e opostos.

O desafio de Hall para romper com explicações monológicas, totalizantes e lineares, então, é impedido não simplesmente por uma ressaca intelectual (de uma episteme na qual o poder foi descrito como unificado, sistemático e objetivo), mas também por uma dificuldade no desejo da esquerda. Esta é uma dificuldade a que podemos reparar somente através de uma disposição em lidar com o incoerente, de múltiplas procedências e assistemática natureza das ordens e racionalidades políticas, por um lado, e para admitir identificação e afinidade com algumas das coisas que criticamos, por outro lado. Se, por exemplo, muitos na esquerda compartilham a ambição direitista de assegurar a hegemonia cultural e política e impor uma ordem moral, tais impulsos anti-democráticos produzem um escrutínio cuidadoso, mesmo, e não especialmente, quando todos os lados se adornam com as vestes da democracia.

A problemática desse ensaio é bem adequada à analítica sobre o processo onírico. Essa é a problemática de pensar conjuntamente o

Evangelical Capitalist Resonance Machine”, Teoria Política 33, no. 6 (Dezembro de 2005): 869-86

neoconservadorismo Estadunidense⁴ – uma racionalidade moral-política feroz – e o neoliberalismo – uma racionalidade mercado-política que excede a sua instanciação peculiarmente Estadunidense e que não se alinha exclusivamente com qualquer persuasão política. O objetivo não é compreender o projeto da direita Estadunidense de forma simples, como se houvesse algum empenho unificado ou entidade por trás, mas apreender como essas duas racionalidades, elas mesmas compósitas, inadvertidamente convergem em pontos cruciais para estender um canibalismo da democracia liberal já em andamento de outras fontes do século passado⁵. Tampouco é o objetivo sentimentalizar a democracia liberal tal como, mas buscar compreender as implicações de seu declínio como uma forma política e até mesmo propor a questão se a democracia continua a ter significado como um termo a se desejar. Se, como eu tenho sugerido em outros contextos, as instituições assim como a cultura política, incluindo a democracia liberal, estão seguindo na história, a esquerda é enfrentada com ambos o projeto de luto daquilo que nunca completamente amou e com a tarefa de dramaticamente redefinir sua crítica e visão em termos da substituição da democracia liberal e não somente de seus falidos experimentos sociais⁶.

⁴ No original Wendy Brown utiliza o termo *American*, para se referir à Americano(s), e *America* para se referir a América. Optamos pelos termos Estadunidense e Estados Unidos como forma de evidenciar o caráter produtivo da linguagem, por sua vez implicada nas relações de poder. Também é uma maneira de reivindicar e rearticular o imaginário sociohistóricopoliticocultural, assim como investimentos imperialistas que buscam a (re)construção e manutenção de diferentes países e sujeitos enquanto inferiores. Entretanto, optamos por manter o termo em algumas menções, como, por exemplo, o título, algumas citações e títulos referenciados. O intuito ao rememorar tal termo é também propiciar à/ao leitora/r sobre o mote uma vez pensado, e ainda mantido em diferentes contextos, Sonho Americano (*American Dream*, no original), intimamente relacionado a premissas como liberdade, progresso e sucesso.

⁵ Em sua obra *Brief History of Neoliberalism* (Oxford: Oxford University Press, 2005), David Harvey também explora a relação política e analítica entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Mas ele considera-os como provenientes em grande parte da mesma fonte (a classe corporativa) e servindo a mesma função, nomeadamente, a restauração e consolidação do poder político e econômico da classe alta a partir da diluição e das crises que sofreu no terceiro quarto do século XX. E mesmo que os dois “ismos” variem em questões como o individualismo e a moralidade, ele identifica o autoritarismo estatal aberto e o militarismo do neoconservadorismo com a perspectiva de resgatar o neoliberalismo de sua relação contraditória com o Estado e com a liberdade (ver 78-86). O relato de Harvey é bastante útil para desmascarar a visão comum do neoliberalismo como antiestatista e também para ligar o neoliberalismo ao discurso imperial de liberdade promulgado na política externa dos EUA no pós-Guerra Fria (ver capítulos 3 e 7). É menos útil para compreender as distinções entre as racionalidades neoliberal e neoconservadora, as suas diferentes fontes de promulgação e a fricção entre elas.

⁶ Wendy Brown, “Neoliberalism and the End of Liberal Democracy”, *Theory and Event* 7, no. 1 (Outono 2003): http://musejhu.edu/journals/theory-&_event/

Este estudo não busca esses projetos de luto e revisionismo: ao contrário, ele enquadra sua necessidade de explorar as forças da des-democratização produzidas na interseção das racionalidades neoliberais e neoconservadoras nos Estados Unidos. Quais são alguns dos efeitos simbióticos acidentais de convergência entre essas duas racionalidades, efeitos que não somente sequestram o significado de democracia para sanção permanente e extremas divisões de classe, vida política gerida e comprada, poder concentrado em relações entre elites corporativas e do governo, e estatismo imperial, mas também destroem a fundação da democracia na cultivação das necessidades das pessoas, seus desejos e orientações diante daqueles com poder e aqueles enfraquecidos? E quais elementos da esquerda que protestam contra essas racionalidades podem reiterar esses efeitos? O artigo está interessado, dessa forma, menos com o ostentoso desmatamento das instituições democráticas representadas, por exemplo, por elementos do Ato Patriota dos EUA⁷, destituição de tribunais⁸, esquemas de regressão de impostos, certas práticas do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, políticas anti-imigrantes, ou práticas eleitorais corruptas que com o esvaziamento de uma cultura política democrática e a produção de cidadãos anti-democráticos. Este é o cidadão que ama e quer nem a liberdade e tampouco a igualdade, inclusive de um modelo liberal; o cidadão que não espera nem a verdade e nem a responsabilização de ações governamentais e do Estado; o cidadão que não se aborrece com exorbitantes concentrações de poder político e econômico, revogações sistemáticas do Estado de Direito, ou indistintamente formulações antidemocráticas de propósito nacional em casa e no exterior. Este é o esvaziamento que nos confronta como uma condição política constante não importando quão baixa a estrela de Bush caia, e não importa qual partido prevaleça nas prévias eleitorais de 2006 que se anuncia.

⁷ O Ato Patriota dos EUA, *The USA PATRIOT Act* no original, é o decreto assinado após o 11 de Setembro de 2001, pelo então presidente George W. Bush. Para saber mais, acesse: https://www.justice.gov/archive/ll/what_is_the_patriot_act.pdf . Acesso em Abr. 2024.

⁸ Medidas de remoção de tribunais, *court stripping* no original, são leis que limitam ou reduzem a jurisdição de tribunais federais sobre determinados assuntos.

Pensando neoliberalismo e neoconservadorismo juntos

Nós começamos com uma série de interesses formais sobre a relação entre um neoliberalismo contornado pelo capital global, mas tendo em conta uma particular reviravolta em cada contexto local em que isso habita, e um distintamente neoconservadorismo Estadunidense que também tem primos em outras respostas declinadas, fundamentalistas e religiosas, a modernidade tardia, mas é local e internamente diverso até mesmo em contexto Estadunidense. Como uma racionalidade que é expressamente amoral ao nível de os fins justificam os meios (neoliberalismo) intersecciona com uma que é expressamente moral e reguladora (neoconservadorismo)⁹? Como que um projeto que esvazia o mundo de significados, que deprecia e desenraiza a vida e abertamente explora desejo, intersecciona um concentrado em consertar e reforçar significados, conservando certos modos de vida, e reprimindo e regulando desejo? Como suporte para governo baseado na empresa e uma fábrica de normativas sociais de interesses próprios casam ou empurram o suporte para o modelo de governança baseado na autoridade da igreja e uma fábrica de normativas sociais de sacrifício pessoal e filiação de lealdade de longo-termo, a própria fábrica rasgada pelo desenfreado capitalismo. E qual pode ser o papel do Cristianismo evangélico de um lado e hiper-demonizados inimigos do Estado Estadunidense no outro para facilitar esse casamento? Mais uma vez, a busca aqui não é por uma lógica coerente ou única, mas por um entendimento dos efeitos de duas disparadas distribuições de racionalidade em produzir a paisagem contemporânea de inteligibilidade política e possibilidade. Isso envolve discernir lugares de vulnerabilidade social e psicológica, exploração, ou orientação que respectivamente trocam ou atraem um ao outro. Quais efeitos de poder, legitimidade ou autoridade consequente a uma racionalidade tornam-se território para o outro? Como a imagem do processo onírico sugeriria, o objetivo é descobrir o que pode parecer uma contradição lógica ao nível das ideias a serem apreendidas como parcial e

⁹ Não é estritamente correto denotar o neoliberalismo como amoral. Existe tanto a sua disponibilidade para utilização para fins de governança, como o comportamento cumpridor da lei ou a proteção da forma familiar tradicional, e há a sua figuração do sujeito como empreendedor e a promulgação normativa do próprio empreendedorismo. Contudo, o neoliberalismo distancia-se do discurso moral convencional na sua afirmação de uma racionalidade inteiramente instrumental: afirma estratégias de mercado em todos os campos da vida e é formalmente indiferente aos fins para os quais essas estratégias são utilizadas.

assistemáticamente simbióticas ao nível da subjetividade política, e, deste modo, afastar-se de análises que distinguem valores de interesses materiais ou noções repetidas de “falsa consciência”.

O estudo inicialmente mapeia elementos selecionados do neoliberalismo e do neoconservadorismo, então considera suas colisões e convergências, e conclui com uma breve reflexão sobre como o Cristianismo fundamentalista, um idioma emergente da vida pública, agrava a força de des-democratização dessas duas racionalidades.

Neoliberalismo

Eu argumentei em outros contextos que para se compreender os efeitos políticos e culturais do neoliberalismo, deve-se conceber mais do que um conjunto de políticas econômicas de mercado livre que desmantelam estados de bem-estar-sociais e privatizam serviços públicos no Norte, fazem destroços dos esforços em uma soberania democrática ou autodirecionamento econômico no Sul e intensificam disparidades de renda em todos os lugares. Certamente o neoliberalismo constitui esses efeitos, mas como uma racionalidade política, também envolve uma organização específica e consequente do social, do sujeito e do Estado¹⁰. Uma racionalidade política não é equivalente a uma ideologia que decorre ou mascara uma realidade econômica, nem é meramente um efeito derramado do econômico no político ou no social. Ao contrário, como Foucault propôs o termo, uma racionalidade política é uma forma específica da razão política normativa organizando a esfera política, práticas de governança e cidadania¹¹. Uma racionalidade política governa o dizível, o compreensível e os critérios de verdade desses domínios. Entretanto, enquanto a racionalidade política neoliberal é baseada em uma certa concepção de mercado, sua organização de governo e o social não é meramente o resultado de vazamento do econômico para outras esferas, mas simplesmente a imposição explícita de uma forma particular de racionalidade nessas esferas. Neoliberalismo como uma forma de razão

¹⁰ Brown, “*Neoliberalism and the End of Liberal Democracy*.”

¹¹ Michel Foucault, “Politics and Reason,” in *Michel Foucault: Politics, Philosophy, Culture: Interviews and Other Writings, 1977-84*, ed. L. Kritzman (New York: Routledge, 1988).

política, articula a natureza e o significado do político, do social e o sujeito deve ser marcado porque é através desta forma e articulação que sua usurpação de outras racionalidades democráticas ocorre.

Quais são as características mais proeminentes da racionalidade política neoliberal¹²? Primeiro, no contraste com o liberalismo econômico clássico (e, é importante, lembrar leitores Estadunidenses, o “liberalismo” de neoliberalismo refere ao econômico ao invés de liberalismo político), neoliberalismo não está confinado a uma esfera expressamente econômica, nem considera o mercado como natural e autorregulado até mesmo na esfera econômica. Parte do que faz o neoliberalismo “neo” é que ele descreve mercado liberalizado, livre comércio e racionalidade empreendedora como *alcançada e normativa*, como promulgadas através da lei e através da política social e econômica – não simplesmente como ocorrendo por força da natureza.

Segundo, o neoliberalismo molda as esferas políticas e sociais, ambas como apropriadamente dominadas por preocupações de mercado e elas mesmas organizadas por sua racionalidade. Isso é, mais do que simplesmente facilitar a economia, o Estado em si, deve construir e interpretar a si mesmo em termos de mercado, assim como desenvolver políticas e disseminar uma cultura política que forma cidadãos exaustivamente como atores racionalmente econômicos em toda esfera da vida. Familiares aqui são as muitas privatizações e esquemas de terceirizações para a assistência social, educação, prisões, polícia e forças armadas, mas este aspecto do neoliberalismo também implica um conjunto de políticas que imaginam e produzem cidadãos como empreendedores individuais e consumidores cuja autonomia moral é medida por sua capacidade de “autocuidado” – sua habilidade em prover para suas próprias necessidades e serviços de suas próprias ambições, sejam elas beneficiários de assistência social, pacientes médicos, consumidores de farmacêuticos, estudantes universitários ou trabalhadores em ocupações efêmeras.

Terceiro, a racionalidade política neoliberal produz critérios de governo para os mesmos objetivos, isso são critérios de produtividade e rentabilidade, com a consequência de que o discurso do governo cada vez mais torna-se a

¹² Esta discussão é um resumo do relato mais longo da racionalidade neoliberal e da democracia em Brown, “*Neoliberalism and the End of Liberal Democracy*”.

fala de mercado. Os empresários substituem advogados como classe governante na democracia liberal e as normas de negócio substituem princípios jurídicos. Existem miríades de exemplos dessa transformação, mas talvez nenhum tão pungente quanto o comentário de G. W. Bush nos passos de sua reeleição em 2004: “eu ganhei capital político na [nesta] campanha e agora eu pretendo gastá-lo¹³”. E ele o gastou, é claro, a ponto de esvaziar os cofres. Mas significativo aos nossos propósitos é a enorme diferença entre encenar um mandato público e acumular capital político individual.

A mudança para uma racionalidade de mercado no governo é também aparente na displicente referência da atual administração Estadunidense a “legalismos” como algo como mosquitos enfadonhos voando ao redor da execução de políticas estrangeiras e domésticas, uma referência que corre da resposta às Convenções de Genebra para a guerra a questão de como melhor proteger o casamento da invasão de homossexuais (“Os advogados estão trabalhando na melhor abordagem,” Bush disse em uma ocasião)¹⁴. É aparente também na rotina de Bush a referência a seu trabalho como um de “se tomar decisões difíceis” ao invés de executar o desejo do povo – uma impressionante ressignificação Schmittiniana do poder executivo na democracia. E apareceu na comparação de Bush com os protestos massivos em todo o mundo contra o lançamento da Guerra do Iraque em 2003 a testes de produção de “grupos focais¹⁵”. Todos estes representam uma aproximação de negócios ao governo, um no qual princípios democráticos e o Estado de Direito não são guias nem sérias restrições, mas sim ferramentas ou obstáculos, um fenômeno que Foucault formulou conscientemente como “tacticalização” da lei¹⁶.

A saturação do Estado, da cultura política e do social com a racionalidade de mercado retira efetivamente os compromissos com a democracia política das preocupações de governo e de cultura política.

¹³ As exatas palavras de Bush foram as seguintes: “Deixe-me dizer-lhe desta forma: ganhei capital na campanha, capital político, e agora pretendo gastá-lo. É o meu estilo!” G. W. Bush, conferência de imprensa na Casa Branca, 4 de novembro de 2004, <http://www.whitehouse.gov/news/releases/>

¹⁴ No original: (“[T]he lawyers are working on the best approach”, Bush said at one point).

¹⁵ “O tamanho do protesto – é como decidir, bem, vou decidir a política com base num grupo focal”, disse Bush. Ver “Protestos anti-guerra não conseguem influenciar Bush nos planos para o Iraque” New York Times, 19 de fevereiro de 2003. p. 1.

¹⁶ Michel Foucault, “Governmentality”, em *The Foucault Effect*, ed. Graham Burchell, Colin Gordon, e Peter Miller (Chicago: University of Chicago Press, 1991), 95.

Considere: como classe e outros impedimentos a manutenção do sujeito empreendedor são radicalmente despolitizados, o que os neoliberais chamam de “o igual direito à desigualdade” é novamente legitimado, assim, adiando o comprometimento formal da democracia ao *igualitarismo*¹⁷. Uma permanente subclasse, e até mesmo uma permanente classe criminosa, acompanhadas de uma classe de alienígenas ou não cidadãos são produzidas e aceitas a um custo inevitável de tal sociedade, deste modo, enfraquecendo um comprometimento formal ao *universalismo*.

Princípios cívicos e legais assegurando a autonomia política (como oposto ao privado) dos cidadãos, tais como aquelas enumeradas na Primeira Emenda da Constituição dos EUA, não possuem lugar em um esquema neoliberal, o que significa que a racionalidade política neoliberal não apresenta nenhum comprometimento intrínseco com a *liberdade política*¹⁸. Cidadania, reduzida ao autocuidado, é despida de qualquer orientação em direção ao comum, assim, enfraquecendo um investimento já fragilizado em uma *cidadania ativa* e um conceito já fino de um *bem público* de uma mesa de valores da democracia liberal. E, como a *lei* é estratégica ou instrumentalizada, é radicalmente dessacralizada, produzindo as condições para uma rotina de suspensão ou anulação, e construindo caminhos para o Agambem, se aproximando de Schmitt, formulou como soberania na forma de um permanente “estado de exceção”¹⁹. Isso é evidente não apenas em eventos tais como a decisão abertamente política da Suprema Corte dos EUA de parar a recontagem na Florida durante a eleição presidencial de 2000 – uma decisão marcadamente incontestada pela população – ou a anulação de liberdades civis em nome da segurança, mas também no uso estratégico de direitos civis para dismantelar projetos igualitários que abrangem desde ações afirmativas até taxações progressivas²⁰. Enquanto isso, a democracia sustentada por uma

¹⁷ Veja Jurgen Habermas, “Learning From Catastrophe?” em *Postnational Constellations*, trad. e Ed. Max Pensky (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001), 51-52.

¹⁸ “É claro que o processo democrático protege liberdades privadas iguais, mas para o neoliberalismo não acrescenta autonomia política como uma dimensão adicional de liberdade.” Habermas, *Postnational Constellations*, 94.

¹⁹ George Agamben, *State of Exception*, trad. Kevin Attell (Chicago: University of Chicago Press, 2005).

²⁰ Mesmo enquanto os neoconservadores insistem no “construcionismo estrito” na adjudicação constitucional, o próprio construcionismo torna-se uma cobertura contingente para a taticização, uma ironia que não foi mais evidente do que na campanha neoconservadora da Primavera de 2005 para eliminar a obstrução às nomeações judiciais nos Estados Unidos.

imprensa livre é afrouxada, por um lado, por propriedade corporativa e, por outro lado, através de leis taticamente invocadas para proteger políticos oficiais, mas não jornalistas de revelarem fontes ou vazarem informações classificadas.

Igualdade, universalidade, autonomia política e liberdade, cidadania, Estado de Direito e imprensa livre: apesar de inadequadamente realizados através de diversos séculos de democracia constitucional no mundo Atlântico-Europeu, estes são alguns de seus fundamentos. E esses são o que as racionalidades políticas neoliberais descartam, ou pelo menos desafiam severamente, com seus princípios alternativos de governança.

Neoconservadorismo

Tem ocorrido um intenso debate nos anos recentes sobre as origens intelectuais, evoluções, divergências e formas híbridas do fenômeno conhecido como neoconservadorismo. Acadêmicos e ativistas dentro e fora de suas posições têm participado, com dois escritores Franceses contribuindo com um dos melhores trabalhos sobre o assunto ²¹. Francis Fukuyama está provavelmente correto ao identificar um afastamento significativo dos princípios neoconservadores característicos no momento do domínio neoconservador e a crítica política e cultural ao poder político na forma da administração de G. W. Bush. Entretanto, este trabalho está interessado no neoconservadorismo não como um projeto intelectual, mas como uma racionalidade política emergente que tanto retira quanto produz uma particular cultura política e um sujeito político. Então é obrigatoriamente a versão censurada – a praticada

²¹ Alain Frachon e Daniel Vernet, *L'Amérique messianique* (Paris: Editions de Seuil, 2004). Para outros relatos, ver, entre outros, Irwin Stelzer, ed., *The Neocon Reader* (Nova York: Grove, 2005); Norman Podhoretz, "Neoconservatism: A Eulogy", em Norman Podhoretz, *The Norman Podhoretz Reader* (Nova York: Free Press, 1995); James Mann, *The Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet* (Nova York: Viking, 2004); Stefan Halper e Jonathan Clark, *America Alone: The Neo-conservatives and the Global Order* (Cambridge: Cambridge University Press, 2004); Anne Norton, *Leo Strauss and the Politics of American Empire* (New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2004); Shadia B. Drury, *The Political Ideas of Leo Strauss* (Nova York: St. Martin's, 1988); Joseph Dorman, *Arguing the World: New York Intellectuals in Their Own Words* (Chicago: University of Chicago Press, 2001); Gary Dorrien, *Imperial Designs: Neoconservatism and the New Pax Americana* (Nova York: Taylor e Francis, 2004); e Mark Lilla, "The Closing of the Straussian Mind", *New York Review of Books*, 4 de novembro 2004.

politicamente de forma híbrida ao invés da conceptualização intelectual original – que é relevante aqui.

Na verdade, em contraste com a redução do neoconservadorismo a quatro princípios fundamentais feita por Fukuyama, ou com a descrição tendenciosa de Grant Smith dos neoconservadores como unidos em “artigos de fé” centrados no militarismo, no corporativismo e em Israel, o neoconservadorismo como formação política não é nem ideológica nem socialmente unificado²². Ele surge de um contingente de convergências de interesses entre Cristãos evangélicos, Judeus Straussianos, declaradamente seculares da Guerra Fria que construíram um fetiche do Ocidente, feministas conservadoras e outras moralistas familiares (do tipo Lynne Cheney), imperialistas aleatórios, liberais e socialistas convertidos que, nas infamas palavras de Irving Kristol, foram “acometidos pela realidade²³”.

Neoconservadorismo inclui intelectuais e anti-intelectuais, Judeus seculares e Cristãos evangélicos, músicos de câmara que se tornaram soviétologistas, professores de teoria política que se tornaram especialistas em política, homens brancos raivosos e homens negros íntegros. Em suma, neoconservadorismo nasce de uma aliança literalmente profana, uma que é somente desigual e oportunisticamente religiosa, embora nós, mais adiante, abordaremos a importância da religião em facilitar o apelo do neoconservadorismo a uma base popular, e especialmente em construir uma recepção para o seu autoritarismo.

Nas palavras de Anne Norton, o que une neoconservadores é o desejo por:

um Estado forte e um Estado que colocará a sua força a uso....
[Eles] teriam aquele Estado aliado consigo – e fortalecendo –
corporações. Neoconservadores rejeitam a vulgaridade da

²² Embora Fukuyama insista em quatro princípios fundadores do neoconservadorismo, ele também diz o seguinte: “Os inimigos contemporâneos do neoconservadorismo exageram enormemente a uniformidade de pontos de vista que existe dentro do grupo de auto-identificados neoconservadores desde a década de 1980. A sua falta de uniformidade tornou-se particularmente prevalecente após o desaparecimento inesperado do comunismo em 1989-91, quando a unidade na política externa evaporou e os neoconservadores começaram a debater entre si a natureza dos interesses nacionais estadunidenses no mundo pós-Guerra Fria”. Francis Fukuyama, *America at the Crossroads: Democracy, Power and the Neoconservative Legacy* (New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2006), 39; ver também Grant Smith, *Deadly Dogma: How Neoconservatives Broke the Law to Deceive America* (Washington, D.C.: Institute for Research: Middle Eastern Policy, 2006)

²³ Aqueles que hoje insistem no núcleo fundamentalista Cristão do neoconservadorismo não contam com este conjunto complexo.

cultura de massa. Eles deploram a decadência de artistas e intelectuais. Eles, apesar de nem sempre serem religiosos, se alinham com a religião e cruzadas religiosas. Eles encorajam valores familiares e a adoração de antigas formas de vida em família, onde mulheres se ocupam das crianças, cozinha e igreja, e homens dos pesos da masculinidade. Eles veem na guerra e na preparação para a guerra a restauração da virtude privada e do espírito público.... Acima de tudo, Irving Kristol escreve, neoconservadores pedem por um renascimento do patriotismo, militares fortes e uma expansão da política estrangeira²⁴.

Enquanto os elementos díspares do neoconservadorismo (o qual Irving Kristol chama de uma “orientação” ao invés de um “movimento”) às vezes parecem se reunir primariamente por objetos de aversão compartilhada – as Nações Unidas, Anistia Internacional, e a Corte Mundial; liberais latte, redistribuidores de assistência social, ateus libertinos, e queimadores de bandeira; Muçulmanos, cosmopolitismo Europeu, intelectuais críticos, Jane Fonda, São Francisco, e comitês de ética – o relato de Norton sugere que suturar seus estranhos pedaços é uma visão político-moral forte, liderada pelo Estado e legislada. Fukuyama, também, argumenta que o neoconservadorismo é contornado pela crença “na possibilidade de conectar poder e moralidade” e especialmente na crença de “que o poder da América tem sido e poderia ser usado para propósitos morais²⁵”.

A afirmação aberta do poder estatal moralizado na esfera doméstica e internacional é o que separa o neoconservadorismo do antigo conservadorismo e o que o torna *novo*. Como Norton argumenta, neoconservadores abandonam clássicos compromentimentos conservadores para um modesto liberalismo, isolacionismo, frugalidades e uma rigidez nos impostos, crença em limites e moderação, e afinidade com virtudes aristocráticas de refinamento, retidão, civilidade, educação e disciplina²⁶. Ao contrário de seu antecessor, é animado por um desejo de poder abertamente declarado, pela angústia devido ao declínio ou ao decadente status de moralidade no Ocidente, e pela concomitante moralização de um certo imaginário do Ocidente e seus valores. Assim, enquanto muitos neoconservadores condenam a “engenharia social”

²⁴ Norton, *Leo Strauss and the Politics of American Empire*, 178. A descrição de Norton visa especificamente revelar as afinidades do neoconservadorismo com o nazismo.

²⁵ Fukuyama, *America at the Crossroads*, 63, 48.

²⁶ Norton, *Leo Strauss and the Politics of American Empire*, 168-78.

que eles atribuem ao socialismo e a projetos igualitários da democracia liberal tais como a ação afirmativa, a integração e a redução da pobreza; o neoconservadorismo não rejeita mais o behaviorismo liderado pelo Estado do que o neoliberalismo. Ao contrário, ele identifica o Estado, incluindo a lei com a missão de estabelecer bússolas morais-religiosas para a sociedade e, de fato, para o mundo. Esta aprovação de poder de Estado e atribuição de autoridade moral para o Estado, está em conflito com liberalismo em qualquer sentido da palavra²⁷.

Neoliberalismo e Neoconservadorismo

O que nós temos no neoliberalismo e no neoconservadorismo, então, é uma racionalidade política-de-mercado e uma racionalidade político-moral, com um modelo empresarial do Estado em um caso e um modelo teológico do Estado no outro. E, mesmo que muitas igrejas Estadunidenses e outras instituições religiosas tenham hoje significativas dimensões corporativas (e frequentemente dirigem-se a seus círculos no discurso neoliberal) e mesmo que muitas empresas pós-fordistas tenham assumido características e deveres pastorais (e frequentemente de dirijam a seus trabalhadores ou “membros do time” no discurso pastoral), há material sério para colisão aqui.

De fato, essas duas racionalidades colidem o tempo todo no que muitos têm enquadrado como a impossibilidade do Partido Republicano tentar ser ao mesmo tempo o Partido dos Valores Morais e um Partido de Grandes Empresas. Exemplos triviais incluem os shows do intervalo do *Super Bowl* e propagandas nas quais a ambição de Janet Jackson por um novo CD, o objetivo da Pfizer em vender Viagra para uma sociedade jovem e obcecada por sexo e o objetivo da ABC em aumentar a sua audiência para *Desperate Housewives* levaram a eventos escandalosos que levam os neoconservadores a um frenesi de fervor regulador. Mais exemplos significantes incluem a firme onda de escândalos de ética política, indo de Gingrich a Delay, Frist a Libby, e Duke Cunningham a Jack Abramoff, e escândalos corporativos, indo de Enron

²⁷ Para Fukuyama, esta descrição do neoconservadorismo já é a corrupção do mesmo pela “agenda Kristol-Kagan”, a “posição expansiva, intervencionista e promotora da democracia” que amplia excessivamente a ideia de política externa ativista e especialmente de “mudança de regime”. Fukuyama, *America at the Crossroads*, 40-44.

a *WorldCom* e de Halliburton a Harken. Essas racionalidades também entram em conflito ostensivamente na esfera de política estrangeira, onde o que críticos livremente nomeiam como comportamento imperialista muda entre comprometimento com interesses corporativos e livre comércio de um lado e cruzadas morais do Estado em conflito com esses interesses no outro; produz inconstantes e inconsistentes tratamentos de várias “ameaças” a segurança (Iraque, Iran, Coreia do Norte), “violadores dos direitos humanos” (China, Cuba, o Talibã), e “ameaças a humanidade” (a política econômica de drogas e armas); e crescentemente se divide sobre Israel também. Há também tensão entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo sobre o nível sustentável de débito federal gerado por gastos militares: embora nenhuma das racionalidades se limite a austeridade fiscal e o talão de cheques federal equilibrado promulgado pelos clássicos conservadores, neoliberais estão mais que um pouco infelizes com o aumento da conta militar pelos neoconservadores.

Mas além de escândalos e conflitos políticos serem efeitos rotineiros da economia neoliberal, da governança e da racionalidade política na vida cotidiana, efeitos contra os quais os comprometimentos neoconservadores entram em atrito. Aí se inclui a destruição de pequenos negócios e o comércio local; a eliminação de trabalhos e pagamentos assegurados-pela-união, benefícios, e proteções do ambiente de trabalho; e a destruição das infra-estruturas federais e estaduais (educação, transporte, serviços de emergência) que mantêm famílias e cidades. Aqui, as dimensões de os ricos ficam mais ricos de todo o aspecto do neoliberalismo contrapõem-se a necessária dependência do neoconservadorismo em uma base popular trabalhadora, de classes média e baixa e, especialmente, o seu cultivo de uma masculinidade tradicional e uma estrutura familiar reduzida a uma queda de salários reais, infra-estruturas e serviços sociais esvaziados. E o sujeito neoconservador íntegro, patriota, moral e abnegado é parcialmente desfeito por um sujeito neoliberal familiarizado ao altruísmo e inteiramente prisioneiro de seu próprio interesse: a racionalidade neoliberal de cálculos estritos, de meios e fins, e de satisfação de necessidades (e o fazer dos Estados, cidadãos, e sujeitos nessa imagem) conflitam com o projeto do neoconservadorismo de produzir um

sujeito moral e uma ordem moral contra os efeitos do mercado na cultura e orientados para a repressão e sublimação ao invés da satisfação do desejo.

Talvez o mais importante, o neoliberalismo descreve um futuro no qual fronteiras culturais e nacionais estarão largamente apagadas, na qual relações, ligações e esforços estejam submetidos ao nexos monetário, enquanto o neoconservadorismo luta para re-articular e policiar fronteiras nacionais políticas e culturais, o sagrado, e o singular através de discursos de patriotismo, religiosidade e o Ocidente. O neoliberalismo espera ansiosamente por uma ordem global contornada por uma racionalidade de mercado universalizada, na qual diferenças culturais são no máximo uma mercadoria. Os limites de uma sociedade estatal são mais que marcadores de diferenças culinárias e arranjos legais da província, os neoconservadores Estadunidenses buscam no passado por uma ordem nacional e nacionalista contornada por um arranjo moral e ligações políticas flexionadas pela contingente ambição do Império. De forma mais geral, o neoliberalismo identifica a si mesmo, com confiança, com o futuro e, em produzir a si mesmo como o normal e não como adversário que não reconhece quaisquer futuros alternativos. Neoconservadorismo, por outro lado, identifica a si mesmo como o guardião e defensor de um passado e presente potencialmente desaparecidos e a justificada fortaleza contra perda. Se atribuem a si mesmo a responsabilidade numa guerra contra sérios concorrentes de um futuro alternativo, aqueles que identifica como “liberalismo” em casa e “barbárie” fora de casa.

Mas aqui é importante lembrar que o neoconservadorismo é também nascido em parte como uma resposta a erosão do capitalismo de significado e moralidade, e que as fundações neoconservadoras, enquanto opostas ao comunismo como uma forma social e política, eram raramente ardentes defensores do livre comércio. Pelo contrário, em 1978, Irving Kristol, o icônico e original neoconservador, famosamente deu “duas saudações” para o capitalismo na liberdade e riqueza que resulta para a maioria das pessoas, suspendendo a terceira saudação porque “sociedades consumidoras são vazias de significado moral se não fortemente niilistas”. Então, o enigma da preocupação neoconservadora para preservar ou agitar um nova onda de estrutura moral em que pedaços de dominações corporativas são na verdade uma pedra fundadora do neoconservadorismo, ao menos entre seus

intelectuais. Por mais entusiastas que sejam hoje de uma riqueza corporativa, e por mais próximos dela socialmente e politicamente, nenhum neoconservador é puramente neoliberal, apesar de muitos endossarem o neoliberalismo ao ponto de criarem dificuldades para si mesmos, e falar uma infusão verbal que mistura os idiomas de retidão moral e cálculo empreendedor. Ainda, a “responsabilidade corporativa” se tornou muito o lema dos neoconservadores sejam liberais ou de esquerda, até mesmo se cada um quiser a corporação para ser responsável de e por coisas difíceis.

Até mesmo a racionalidade política neoliberal não busca limpar o Estado e a sociedade de normas políticas e morais; ao contrário está disponível para promulgar e realizar tais normas através dos mecanismos de mercado, através de incentivos, ao invés de diretivos (Exemplos Estadunidenses bem conhecidos incluem o trabalho social e os benefícios maritais para os indigentes, e leis de “três greves” que convertem uma terceira má conduta em uma sentença carcerária de nível elevado). Além do mais, assim como o neoliberalismo, o neoconservadorismo não é oposto ao governo, embora se apoie neste legado legitimador de um conservadorismo mais antigo em suas oposições de taxaço e assistência social. Neoconservadores opõem-se a redistribuição estatal de riqueza, e não ao governo dispendioso tal qual, apenas como eles seletivamente favorecem intrusão, censura e regulação governamental das raças e classes inferiorizadas, para intelectuais críticos, e por motivos de segurança e moralidade. Nas palavras de Irving Kristol,

Neoconservadores não sentem... alarme ou ansiedade sobre o crescimento do Estado no século passado, vendo como natural, de fato, inevitável... Pessoas sempre preferem governos fortes a governos fracos, entretanto, eles certamente não possuem nenhum desejo para algo que acerta em cheio governos altamente intrusivos... Neoconservadores e religiosos tradicionalistas... são unidos nos assuntos que concernem a qualidade da educação, as relações da igreja e Estado, a regulação da pornografia, e o gostar, de todas elas relacionadas aos candidatos adequados a atenção do governo. E então, é claro, há uma política externa²⁸.

²⁸ Irving Kristol, "The Neoconservative Persuasion," *Weekly Standard*, 25 de agosto de 2003, http://www.weeklystandard.com/Utilities/printer_.preview.asp?idArticle=3000&R=EC72321FB.

Novamente, assim como neoliberais desviam de uma não interferência nas economias ao mobilizar políticas e leis que suportam o mercado e modelam objetivos sociais, neoconservadores também são estatistas: eles dão suporte a regulação estatal da moralidade, direção do Estado na economia e é claro, construir um poderoso Estado de empreendimento militar. Como diriam os straussianos, o governo é um piloto no sentido platônico: ele conduz, sem remorso, o navio moral, político e econômico, e como nós veremos, baseia-se em partes em uma cidadania religiosamente interpelada – submissa a hierarquia e autoridade, e largamente indiferente a deliberação e raciocínio – para legitimar isto. Embora o governo neoconservador possa realizar muito dessa direção através de tecnologias políticas neoliberais que constroem bons atores empreendedores e consumidores exigentes, até mesmo entre beneficiários de assistência social e imigrantes ilegais, isto não o afasta de decidir e impor abertamente normas através de campos que vão desde o casamento a política fiscal de guerra.

O que é suplantado por noções e práticas neoconservadoras de governança repousando sobre produções neoliberais do político e do cidadão? Primeiro, eles desviam modos liberais democráticos de legitimidade do Estado amplamente tomados por garantido no século XX, do período pós-guerra, incluindo aquelas que consagram Estados “democráticos” como universais, processuais e jurídicos, como religiosamente e culturalmente secular, e tão pacífico e orientado para defesa. Estes modos de legitimidade são substituídos pela figura de um Estado que é abertamente parcial, manipulador e político; abertamente investido na cultura e no mercado, abertamente engajado em promover uma religião cívica que conecta um molde familiar, práticas de consumo, passividade política e patriotismo; e abertamente e agressivamente imperial. Cada uma dessas reformulações é significativa por si própria, mas juntas elas estabelecem uma relação de reforço mútuo entre o estatismo recém-legitimado na política interna e internacional.

Além disso, apesar do neoconservadorismo, assim como o neoliberalismo, se cobrirem com os mantos da “liberdade” e “democracia”, projetos políticos neoconservadores desviam os princípios-chaves e suposições longamente associadas a democracia constitucional. Igualdade não é um valor a ser encontrado em qualquer lugar no universo neoconservador ou

neoliberal; ao contrário, igualitarismo é entendido como um “traíçoeiro apelo demagógico”, ao qual “uma população proprietária e contribuinte irá, com o tempo, tornar-se menos vulnerável²⁹”.

O neoconservadorismo não apenas considera a redistribuição como um erro a classe média, mas também a racionalidade política do neoliberalismo é expressamente sobre vencedores e perdedores baseados na sua aptidão empreendedora, e a racionalidade política do neoconservadorismo é sobre preservar o que você tem e proteger seu bem, seja ele um indivíduo familiar ou a família nacional. Mais, a riqueza dos Estados Unidos é imaginada pelos neoconservadores como parte de sua grandeza (e parte do que faz isso ser desejado por alguns estrangeiros, e odiado por outros”), logo, um elemento apropriado da ligação patriota. Isso representa, como anti-Estadunidense, qualquer ressentimento em relação aos ricos, razão que também neutraliza a raiva frente a deterioração do padrão de existência de uma classe trabalhadora que se satisfaz, nas palavras de Thomas Frank, “ser mal pago e em sobrepeso” contanto que também seja murmurado pelo partido dos ricos, como a “verdadeira América³⁰”.

Para além do igualitarismo, liberdades civis, eleições justas e o Estado de Direito também perdem seu status na conjuntura do neoliberalismo e do neoconservadorismo, tornando-se instrumentos ou símbolos ao invés de tesouros, tornando-se, na verdade, inteiramente dessacralizados, mesmo sendo retoricamente exercidos como faróis da democracia. O neoliberalismo não os requer, e a prioridade neoconservadora de valores morais e do poder estatal os ultrapassam.

O que isso sugere é que o moralismo, Estatismo e autoritarismo do neoconservadorismo são profundamente possibilitados pela racionalidade neoliberal, mesmo enquanto o neoconservadorismo busca limitar e suplementar alguns dos efeitos neoliberais, e até mesmo quando as duas racionalidades não são harmoniosas.

O neoliberalismo não produz simplesmente um conjunto de problemas que o neoconservadorismo aborda ou, como os críticos frequentemente afirmam, funciona como a plataforma empresarial/econômica do

²⁹ Ibid.

³⁰ Thomas Frank, *What's the Matter with Kansas* (New York: Henry Holt, 2005).

neoconservadorismo. Em vez disso, a racionalidade política neoliberal, que não conhece partido político, preparou inadvertidamente o terreno para que ideias e práticas políticas profundamente antidemocráticas se enraizassem na cultura e no sujeito. Isso é o que permite que o neoconservadorismo se torne mais que uma ideologia política ou agenda cuja estrela pode subir ou cair de acordo com indicadores econômicos, políticas imigratórias ou sucesso em guerras imperiais. O neoconservadorismo costurado no solo preparado pelo neoliberalismo gera uma nova forma política, uma modalidade específica de governo e cidadania, uma cuja incompatibilidade com até mesmo práticas formais democráticas e instituições não estimulam uma crise de legitimidade por causa da desvalorização neoliberal dessas práticas e instituições que o neoconservadorismo então consagra.

Este argumento varia não somente daqueles que assimilam o neoliberalismo ao neoconservadorismo, mas também entre aqueles, tal como apresentado por Thomas Frank em *What's the Matter with Kansas*, que tratam neoconservadores como enganadores de trabalhadores pobres e a classe média com insinceras “conversas de valores”, usando sua cumplicidade e votos para persuadir uma agenda corporativa diretamente em conflito com seus interesses³¹.

Frank argumenta que líderes neoconservadores que “falam Cristo, mas andam corporativos” mobilizam um círculo eleitoral da classe trabalhadora com base em assuntos morais nunca cumpridos, mas nas quais mantêm esse eleitorado ligado a eles. Por isso a revisão episódica de alterações constitucionais e outras legislações, comumente condenadas, para banir o atear fogo a bandeiras, o aborto, as uniões homossexuais, a pesquisa de célula tronco, ou o ensino obrigatório de evolução como ciência e compromissos com o secularismo em escolas públicas. Enquanto Frank está claramente correto sobre a mão da liderança neoconservadora sobre tais questões e sua prossecução de políticas em conflito com o bem-estar econômico da sua base trabalhadora e da classe média, sua análise assume, ao invés de questionar, os “interesses” que ele imputa a esta base.

³¹ Ibid.

A des-democratização neoliberal produz um sujeito que pode ter nenhum desses interesses, pode ser mais desejoso de sua própria sujeição e cumplicidade em sua subordinação que qualquer sujeito democrático poderia dizer ser³². Isto é, mesmo que Frank explique convincentemente como os ricos e poderosos exploraram a decepção e frustração da classe média e trabalhadora dos Estados Unidos, essa explicação molda um modelo de interesses objetivos de um lado e ofuscação ideológica e manipulação do outro. Deste modo, ele ressuscita uma certa esperança política através da desgastada figura da “falsa consciência” e evita a possibilidade mais preocupante de uma orientação subjetiva, abjeta, não emancipatória, e anti-igualitária entre uma significativa faixa da população Estadunidense.

Para compreender isso mais claramente, vamos revisitar quatro aspectos da des-democratização neoliberal, considerando-os como o canteiro da nova forma política que estou sugerindo ser produzida na interseção das racionalidades neoliberal e neoconservadora: (1) a desvalorização da autonomia política, (2) a transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções de mercado, (3) a produção do cidadão-consumidor disponível para um alto grau de governo e autoridade, e (4) a legitimação do estatismo.

Autonomia política

Uma vez que o neoliberalismo elimina autonomia política e o valor independente de participação política de sua tabela de princípios, ele descarta

³² A descrição de Frank da estratégia neoconservadora torna-a brilhante e (excessivamente) completa, uma estratégia que visa explicitamente enganar as classes trabalhadoras e médias sobre os seus “reais” interesses sociais e econômicos e usar o seu ressentimento para com os liberais e a preocupação com a moralidade para o fazer. Em resumo, ele argumenta que, ao estabelecer um antagonismo entre a imagem do rapazinho que é honesto, moral e trabalhador, e uma imagem dos liberais caracterizados como elitistas e perdulários em todos os sentidos, os neoconservadores usam uma linguagem moral (tema da campanha de Bush em 2004 “Nós compartilhamos valores”) para vincular os interesses da classe corporativa e os dos trabalhadores. Esta linguagem torna os liberais, e não o capitalismo, responsáveis pela vulgaridade da cultura e pela degradação moral, e identifica os liberais principalmente com o apoio ao casamento gay, ao aborto, aos direitos das mulheres, ao secularismo e à defesa da liberdade de expressão da pornografia. À medida que esta estratégia moraliza completamente as agendas da esquerda e da direita, ela associa metonimicamente tudo o que cada lado representa e dá a tudo, desde a guerra, os impostos, o comércio livre e o bem-estar, até à ONU, uma valência moral. Esta tática também liga o direito à piedade e posiciona Deus a favor dos nascituros e contra a homossexualidade, e como um capitalista de livre comércio, um estadunidense e um lutador pela liberdade no mundo islâmico.

os valores democráticos de divisão de poder e governança entre o povo, ou até mesmo o valor democrático mais modesto de auto legislação ou participação política. Habermas escreve que a concepção neoliberal de liberdade:

é conectada com uma concepção normativamente inferiorizada da pessoa. A concepção de pessoa como um ‘decisor racional’ não é somente independente da ideia de pessoa moral que determina sua vontade através de uma compreensão daquilo que é o interesse igual de todos aqueles afetados; ela é também independente do conceito de cidadão de uma república, que participa na prática pública de auto-legislação³³.

Ao contrário, democracia é equiparada à existência de direitos formais, especialmente direitos da propriedade privada com o mercado e com votação. Sua prática entre as pessoas, seja na escolha de representantes políticos, políticas sociais ou partidos políticos, é efetivamente reduzida a um bem de consumo individual, pouco diferente em tipo ou importância de outros bens de consumo. “O neoliberalismo também calcula que o valor de uso de liberdades civis é consumido no prazer da autonomia privada.... [Isto] não acrescenta autonomia política como uma dimensão adicional de liberdade³⁴”. Isto não significa somente que o neoliberalismo “se fecha da intuição que cidadãos somente podem ser livres se puderem considerar-se como... autores e destinatários da lei ao mesmo tempo,” mas também que liberdades civis são facilmente colocadas de lado na busca de um projeto moral nacional ou sempre que a autonomia privada é avaliada como ameaçada por questões da segurança³⁵.

Despolitização de problemas sociais

Conforme o neoliberalismo converte todo problema social ou político em termos de mercado, ele os converte em problemas individuais com soluções de mercado. Exemplos nos Estados Unidos são abundantes: água engarrafada como resposta a contaminação do lençol freático; escolas privadas, escolas charter³⁶, e sistemas de vouchers como uma resposta ao colapso da educação pública de qualidade; dispositivos antirroubo, guardas de segurança privada e

³³ Habermas, *The Postnational Constellation*, 94.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

³⁶ As escolas charter são instituições públicas, do sistema educativo estadunidense, de gestão privada sendo, dessa forma, livres de diferentes regulações locais e estaduais.

condomínios fechados (e nações) como resposta a produção de uma classe descartável e à intensificação de desigualdade econômica; medicina de boutique como uma resposta a desintegração da prestação de serviços de saúde; “V-chips” como resposta a explosão de material violento e pornográfico em todo tipo de tela doméstica; ferramentas e tecnologias ergonômicas como resposta às condições de trabalho do capitalismo da informação; e, é claro, antidepressivos farmacêuticos primorosamente diferenciados e dosados como resposta a vidas sem sentido ou desespero em meio à riqueza e à liberdade. Esta conversão de problemas produzidos social, econômica e politicamente em bens de consumo despolitiza o que tem sido historicamente produzido e despolitiza especialmente o próprio capitalismo. Além disso, à medida que a racionalidade política neoliberal transfere tanto os problemas políticos como as soluções do público para o privado, ela dissipa ainda mais a vida política ou pública: o projeto de navegar o social se torna inteiramente um de discernimento, fornecimento, e procura de uma solução pessoal para todos os problemas socialmente produzidos. Isto é a despolitização a um nível sem precedentes: a economia é ajustada a isso, a cidadania é organizada por isso, os meios de comunicação são dominados por isso e a racionalidade política do neoliberalismo enquadra e reforça isso.

Deste modo, o muito discutido compromisso do neoliberalismo com a “privatização” tem ramificações que excedem a terceirização de forças políticas, prisões, assistência social, militares e escolas, de um lado; e aquisições corporativas de esforços públicos e instituições do outro. A privatização como valor e prática penetra profundamente na cultura e no sujeito-cidadão. Se nós temos um problema, buscamos um produto para resolver; certamente, uma boa parte de nossas vidas é dedicada à pesquisa, divisão, obtenção, e atualização destas soluções. Ao mesmo tempo, como deixa claro um rápido passeio por qualquer universidade “pública” ou uma hora escutando rádio “público” torna evidente, limites distintos entre os domínios corporativo e público que estão erodindo, deixando somente violações ocasionais de conflitos de interesses, na disputa de níveis relativamente legais, em seu despertar.

O Cidadão Governado

Conforme o neoliberalismo produz o cidadão no modelo de empreendedor e consumidor, ele simultaneamente torna cidadãos disponíveis para uma extensiva governança e forte administração autoritária. Nós já vimos que os próprios neoliberais possuem uma intensa apreciação da produção de certos tipos de sujeito e comportamentos através de incentivos e impedimentos de mercado. Mas para além dos objetivos expressos de governança, existe a percepção teórica crítica básica de que a escolha do sujeito e o sujeito governado estão longe de ser opostos; na verdade, a ação racional individual, de um lado, e a autoridades estatal ou religiosa, do outro, embora operem em registros semióticos diferentes, são muito compatíveis. Os intelectuais da Escola de Frankfurt e, antes deles, Platão teorizaram a compatibilidade aberta entre a escolha individual e a dominação política, e retrataram sujeitos democráticos que estão disponíveis à tirania política ou ao autoritarismo precisamente *porque* estão absorvidos em uma província de escolha e satisfação-da-necessidade que eles confundem como liberdade³⁷. De um ângulo diferente, Foucault teorizou sobre um sujeito uma vez obrigado a produzir sua própria vida e altamente regulado nesse fazer – isso é o que o biopoder e a disciplina juntos realizam e o que a governamentalidade neoliberal alcança.

Estatismo

À medida que o neoliberalismo identifica o Estado com funções empreendedoras e administradoras, e refaz o Estado segundo o modelo de empresa, facilita e legitima apropriações de poderes pelo Estado que seriam inaceitáveis para uma cultura democrática ou em uma tabela democrática de valores. Ele substitui as restrições no proceduralismo democrático e na responsabilização por normas de boa administração: efetividade ou rentabilidade. De fato, coloca de lado a legalidade, a responsabilidade e a

³⁷ T. W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik e Daniel J. Levinson, *The Authoritarian Personality* (Nova York: Harper, 1950); Herbert Marcuse, *One-Dimensional Man* (Boston: Beacon, 1964); Max Horkheimer e T. W. Adorno, *Dialectic of Enlightenment* (Nova York: Herder and Herder, 1972), Erich Fromm, *Escape from Freedom* (Nova York: Henry Holt, 1941); e *Plato, The Republic*, vêem especialmente a crítica à democracia.

veracidade a favor desses critérios. Por isso, por exemplo, a resposta rotineira de G. W. Bush às questões sobre se o pretexto para invadir o Iraque era fundado e legítimo. “Nós nos livramos de Saddam ou não?”, “O mundo é um lugar melhor ou não?”.

O Complemento da Religião

Se os efeitos de des-democratização do neoliberalismo – sua desvalorização da autonomia política, a despolitização de problemas sociais, a acomodação a altos níveis de governança no cotidiano, e o Estatismo legítimo – preparam o terreno para características autoritárias da governança neoconservadora, a mobilização política do discurso religioso é um fertilizante importante. Esta mobilização simultaneamente forma um cidadão submisso, obediente e organiza um patriotismo nacional ferido e defensivo³⁸ pós-11 de Setembro. Para ser clara, eu não estou argumentando que a conversa-de-Deus através da qual Bush conquista um pedaço substancial de seu círculo eleitoral é parte da agenda, plataforma ou visão geral do neoconservadorismo. Tampouco, eu concordaria com aqueles que insistem que o neoconservadorismo é incansavelmente milenar ou inextricavelmente ligado aos “arrebatamentos de Cristãos” – há muitos secularistas e Judeus no leme neoconservador para que tais reivindicações se tornem viáveis. Ao contrário, meu argumento é que uma população interpelada religiosamente, e uma linha cada vez mais tênue entre a cultura religiosa e política, e entre o discurso teológico e político, facilita a recepção de forças des-democratizantes do neoconservadorismo e do neoliberalismo.

O que é frequentemente identificado hoje como uma erupção moderna tardia do teológico no político é uma questão para outro ensaio, mas nós já vislumbramos um aspecto disso na característica abertamente moral do Estatismo neoconservador. Carl Schmitt, apoiando-se no jurista Francês Maurice Hariou, teoriza afirmativamente essa qualidade em seu trabalho pouco lido, *Three Types of Juristic Thought*³⁹. Aqui, o Estado é retratado como

³⁸ Veja a dissertação em andamento de Elisabeth Anker, "The Venomous Eye: Melodrama in the Making of National Identity and State Power", Departamento de Ciência Política, Universidade da Califórnia, Berkeley.

³⁹ Carl Schmitt, *On the Three Types of Juristic Thought*, ed. G. Schwaab, trad. J. Bendersky (Westport, Connecticut: Greenwood, 2004). Estou em dívida com David Bates, "Political

provedor não somente da ordem e da unidade, mas também da “ideia guia” para uma comunidade humana. De fato, é esta ideia guiada, e não um poder desnudo sozinho, que Schmitt entende como produtora da ordem e da unidade do Estado-Nação.

O Poder Executivo representa o ser do Estado na medida em que representa a unidade do Estado através dessa ideia, e esta unidade por sua vez funda a autoridade do Estado. Tal descrição do Estado e do Poder Executivo, que não poderia estar mais distante de uma explicação liberal clássica, mas é também demasiado Católica para ser Hobessiana e afirma uma noção muito contingente de “ideia guia” para ser Hegeliano, pareceria tão crítico em compreender o modelo neoconservador de política como Schmitt mais sistematicamente citou como decisionismo e a distinção amigo-inimigo⁴⁰. A governança neoconservadora modela a autoridade estatal com base na autoridade da igreja, uma relação pastoral do Estado ao seu rebanho, e uma preocupação com o poder estatal unificado ao invés de balanceado ou verificado. Esse modelo ganha força em uma cultura política formada pelo descontentamento moderno tardio da religião em consequência do declínio da soberania do Estado-nação, uma soberania originalmente designada, em parte, precisamente para conter e subtender ambos os poderes econômico e religioso. À medida que a soberania do Estado enfraquece, estas forças retornam às vidas pública e política⁴¹.

Colocado ligeiramente diferente, após diversos séculos de separação formal, embora sempre incompleta, entre os discursos religioso e político – conquistado através da soberania do Estado e através da privatização da religião através de doutrinas de secularismo e tolerância, e assegurado através da fácil hegemonia do Cristianismo no Ocidente – essas estratégias de contenção estão vacilantes. Uma consequência é a des-privatização de

Theology and the Nazi State: Carl Schmitt's Concept of the Institution," *Modern Intellectual History* (no prelo), por chamar minha atenção para *Three Types of Juristic Thought* e para este aspecto da teoria de Schmitt do estado.

⁴⁰ Irving Kristol escreve que "os estadistas deveriam, acima de tudo, ter a capacidade de distinguir amigos de inimigos", e Bush defende rotineiramente a sua abordagem à política externa, defendendo a importância da determinação e da força, e a inadequação da deliberação pública. Veja Kristol, "The Neoconservative Persuasion".

⁴¹ Para uma versão mais desenvolvida deste argumento, ver Wendy Brown, "The Return of the Repressed: Sovereignty, Capital, Theology" em *The New Pluralism: William Connolly and the Contemporary Global Condition*, ed. David Campbell e Morton Schoolman (Durham, N.C.: Duke University Press, a ser publicado em 2007).

reivindicações religiosas no geral, e, nos Estados Unidos, uma mistura cada vez mais aberta do Cristianismo no discurso e debate político. Isso adiciona um estímulo adiante às forças da des-democratização que nós temos considerado, especialmente dadas as características antidemocráticas do fundamentalismo cristão contemporâneo nos Estados Unidos.

Longe de considerar essa iteração do cristianismo de forma próxima ou abrangente, eu só quero identificar características selecionadas de seu efeito no discurso público que se articulam com o problema em questão. Primeiro, a maior parte das verdades religiosas, mas especialmente aquelas derivadas do Novo Testamento, estão incansavelmente amarradas a uma modalidade declarativa de verdade. “Deus disse ‘faça-se luz’ e houve luz” foi certamente um dos primeiros e mais dramáticos exemplos do poder do discurso performativo, o reconhecimento original de que uma fala pode ser um fazer e um criar, que um enunciado pode trazer sua verdade em ser e, deste modo, literalmente fazer e refazer a realidade. Hoje, esse tipo de verdade parece preencher um vácuo em um mundo radicalmente desencantado – um mundo particularmente em falta de verdades significativas e aderências a práticas de verdade, até mesmo avaliações de verdade, um fenômeno que dificilmente se origina no neoliberalismo, mas é inquestionavelmente acelerado por ele.

A declaração do que é verdadeiro, certo, e bom sem qualquer referência necessária à facticidade, tem se tornado uma modalidade neoconservadora bem conhecida de verdade política – é característica de contas de guerra de Bush sobre a guerra no Iraque, habitualmente pronunciado como saindo perfeitamente ou pelo menos fazendo progresso quando o oposto é claramente evidente, e é característico também das representações neoconservadoras do casamento, por ter um único conjunto de características “desde tempos imemoriais” e de esquemas fiscais que dizem ajudar as classes trabalhadoras ou média que, evidentemente, estão a favor dos ricos.

O poder retórico de uma verdade declarativa, ao invés de fundamentada ou argumentada, é reforçado pela defesa neoconservadora da verdade e da certeza moral contra o que é considerado o relativismo epistemológico e moral da oposição; uma vez que o neoconservadorismo produz, desta forma, fetiches político-morais de verdade, consistência, e certeza moral, as verdades declarativas têm mais aquisição que teriam de outra maneira. Além disso, esta

modalidade de verdade articula-se com outra modalidade popular de verdade neoconservadora, a “verdade da intuição”, a qual corresponde com o momento pessoal de conversão em evangelicalismo⁴². Aqui, verdade deriva de uma convicção interna ou da certeza de que nenhum nível de facticidade ou argumento possam combater.

Embora a verdade resulte da soberania teológica na primeira modalidade e de um lugar relacionado com a alma na segunda, as duas formas compartilham não somente a voz de Deus, mas também uma indiferença comum e impermeabilidade à interrogação, à deliberação e aos fatos. Quando tal indiferença, ou até mesmo hostilidade, se torna uma norma política, tanto a contestação intelectual como a responsabilidade política são dramaticamente desvalorizadas, frequentemente ao ponto de serem representadas como desleais ou traidoras.

As verdades declarativas e reveladoras são apenas um dos locais onde o cristianismo fundamentalista facilita uma ordem política neoconservadora. O fundamentalismo cristão também faz da *submissão* a esta verdade e a autoridade que fala ou exerce uma virtude. É anti-democrático e anti-intelectual na medida em que desvaloriza não meramente fatos, mas também a autonomia deliberativa e a própria deliberação. Esta relação de verdade-autoridade-submissão é ainda complementada pela valorização da *fidelidade* que vincula o sujeito a Deus e à comunidade religiosa: a base do pertencimento religioso descansa nessa combinação de crença, submissão e fidelidade. Novamente, a combinação da submissão e fidelidade diante de uma verdade declarada pelo Estado é exatamente a estrutura da forma peculiar de patriotismo promulgada pelos neoconservadores.

Agora adicione desigualdade. Qualquer que seja o igualitarismo derivável de certas tradições cristãs, no fundamentalismo cristão contemporâneo, a relação entre Deus e seus subordinados e o próprio

⁴² Ver Ron Suskind, "Faith, Surety, and the Presidency of George W. Bush", *New York Times Magazine*, 17 de outubro de 2004, <http://www.nytimes.com/2004/10/17/magazine/17Bush.html?ex=1>, para uma discussão extensa sobre a rejeição dos fatos por G. W. Bush, mesmo aqueles apresentados por seus conselheiros mais próximos, em favor da verdade vinda do "instestino" ou "instinto" e decisões baseadas em pontos de vista que colidem com os fatos, mas que ele fez depois de "orar por eles". É importante ressaltar, porém, que esta evasão não seria viável a menos que fosse partilhada por uma parte substancial do eleitorado. Ver Timothy Egan, "All Polls Aside, Utah Is Keeping Faith in Bush", *New York Times*, 4 de junho de 2006, p. 1.

fenômeno da hierarquia eclesial legitimam a desigualdade como natural, boa e permanente. Isto é, mesmo se nós formos todos iguais aos olhos de Deus, não há somente autoridade, mas também hierarquia legítima no fundamentalismo cristão. Quando esta sensibilidade se infiltra no que é deixado da cultura pública, quando o modelo pastoral se torna o modelo político, a desigualdade – não meramente a submissão em relação a autoridade, mas também estratificação e subordinação legítimas – toma forma como uma norma política ao invés de um desafio político.

A combinação de submissão em direção a uma verdade declarada, desigualdade legítima, e fidelidade que passa da racionalidade religiosa para a racionalidade política transforma as condições de legitimidade de poder político; isso produz sujeitos cujas submissão e lealdade são constitutivas da configuração teológica do poder estatal esboçada no trabalho de Schmitt sobre o pensamento jurídico. Estes elementos religiosos fornecem ingredientes para um exercício forte e contínuo do poder executivo que não pode ser extraído de princípios democráticos seculares. Quando a cultura religiosa cristã se espalha pela cultura política, e quando o poder executivo se reveste de propósitos religiosos (tais como as missões para “conservar o casamento” como uma instituição heterossexual, para preservar a “vida por nascer”, ou para “libertar o mundo não-livre”), o poder executivo obtém uma prerrogativa e legitimidade que habitualmente não estão disponíveis aos Estados democráticos liberais. Na verdade, um Estado moderno tardio orientado teologicamente, baseado numa cultura pública moldada religiosamente, pode fazer uso de fontes de poder e legitimidade mantidas à distância por uma forte distinção igreja-Estado, e uma forte distinção entre nacionalidades religiosas e políticas.

Um pequeno ícone do patriotismo Estadunidense contemporâneo fornece um exemplo da des-democratização através de uma modalidade religiosa de autoridade: aqueles onipresentes imãs de fita amarela, frequentemente afixados na traseira de SUVs e minivans, que dizem, “Apoiem Nossas Tropas”⁴³. Com seu discurso estranhamente anônimo e a sua canalização de autoridade, ao contrário de muitos adesivos de para-choque

⁴³ Um leitor anônimo deste manuscrito ressaltou a importância desta mensagem ser anexada aos carros por meio de imãs, em vez de adesivos. No esquema da cultura neoliberal, observou ele, “mostrar compromisso com os nossos homens (e mulheres) uniformizados é uma coisa; manchar o carro com coisas pegajosas é outra”.

que expressam uma posição ou colocam uma questão, estes tomam a forma de um comando e também contém uma repreensão implícita, talvez, duvidando que o leitor apoie as tropas e certamente repreendendo aqueles que não o fazem. Na medida em que o comando em si não tem conteúdo e é enquadrado por um símbolo antiquado de memória piedosa, eles também transmitem uma posição de pura retidão moral: não é óbvio o que determinado apoio implica, afora o fato de não deixar de assistir às tropas, ou talvez, não assistir às guerras nas quais as tropas estão lutando, ou não apoiar o presidente que enviou as tropas para batalha. não é óbvio o que determinado apoio implica, afora o fato de não deixar de assistir às tropas, ou talvez, não assistir às guerras nas quais as tropas estão lutando, ou não apoiar o presidente que enviou as tropas para batalha. E o que fazer com a colocação de tal comando e repreensão nesse lugar prosaico – nas costas de veículos usualmente aumentados que transportam ocupantes para diferentes locais da vida cotidiana: trabalho, escola, treino de futebol das crianças, shopping?

Contudo, a ausência de conteúdo da mensagem, junto com a sua repreensão, o seu enquadramento sentimental e despolitizado, e a sua localização prosaica, simbolizam perfeitamente o vazio da submissão absoluta e a não deliberativa à autoridade. A ausência de conteúdo é o conteúdo: a vacuidade expressa a própria falta de ação ou participação que é a cidadania contemporânea, a substituição da família comum e vida de consumidor para a participação democrática. E a recusa em deliberar sobre se e como a guerra e as tropas devem ser encaradas também corresponde a uma recusa resoluta, até mesmo, patriótica, de pensar ou desejar que os outros pensem e muito menos pensem diferentemente. Além disso, o comando, “Você, também, deveria submeter”, é na mais profunda maneira, religiosa e anti-democrática. Uma indicação de que algo do Estado teológico Schmittiano pode, de fato, estar entre nós.

Se isto é o que os Estadunidenses enfrentam hoje, não é somente porque o atual presidente conecta os propósitos de Estado aos propósitos de Deus, mas também porque o exercício de Poder Executivo descansa em uma cidadania pacificada e castrada na qual uma combinação de discursos religiosos e neoliberais tem suplantado os discursos democráticos liberais. Esta vertente de poder estatal explora e pega emprestado de uma estrutura religiosa

de autoridade para si própria, faz uso da antipatia religiosa pela democracia para si própria, e isto, entre outras coisas, para lançar um esforço imperial que, através do uso do discurso civilizacional, identifica o Estado com o Ocidente e o Cristianismo contra os que são apresentados como bárbaros fundamentalistas apátridas.

Nesse sentido, o populismo do cristianismo evangélico pode ser mobilizado para autoridade e poder do Estado, assim convertendo-o para um populismo político de direita. Entretanto, isso não seria possível se não fosse pelo enfraquecimento de instituições democráticas liberais e da cultura democrática já alcançada pela racionalidade neoliberal. O autoritarismo neoconservador enraíza-se aqui... muito possivelmente em um maior grau do que os neoconservadores desejariam. Eu não acho que os neoconservadores são fascistas, nem estou convencida que a linguagem do fascismo é inteiramente apta para o domínio ou diagnóstico da nossa atual crise⁴⁴. Mas o neoconservadorismo valoriza o poder e o Estatismo, e quando essas energias são combinadas com o moralismo e o *ethos* de mercado, e quando um público é moldado pela combinação destas energias e racionalidades, resulta uma cultura política ferozmente antidemocrática. Essa é uma cultura relutante a controlar o Estatismo ou o poder corporativo e, acima de tudo, uma cultura que literalmente se ressentida e até mesmo atacar os princípios e requisitos clássicos da democracia constitucional.

Este ataque surge em um momento em que as forças do mercado globalizado e a racionalidade política neoliberal já estão ameaçando o constitucionalismo liberal democrático com a obsolescência. Deste modo, à

⁴⁴ Não poucos defenderam a linguagem do fascismo para descrever a conjuntura atual. Num ensaio incisivo e informativo sobre o desenho imperial global da política externa estadunidense, Falk defende as suas dimensões fascistas sem explorar o que realmente constitui o fascismo ou que ressonância o termo carrega. Veja Richard Falk, "Will the Empire Be Fascist?" http://www.transnational.org/forum/meet/2003/Falk_FascistEmpire.html. Na reunião anual da American Political Science Association de 2005, em Washington, D.C., em agosto, um painel inteiro foi dedicado à questão "Is It Time to Call It Fascism?" Ver também Sheldon Wolin, "Inverted Totalitarianism", *The Nation*, 19 de maio de 2003, <http://www.thenation.com/doc/20030519/wolin>; e Sheldon Wolin, "A Kind of Fascism Is Replacing Our Democracy", <http://www.commondreams.org/viewsO3/0718-07.htm>. Embora eu simpatize com o conteúdo dessas análises, minha preocupação com a mudança para usar um nome antigo (especialmente um supersaturado com uma história e significado particulares) para uma nova configuração de poder é, em primeiro lugar, que os novos aspectos desta configuração pode ser insuficientemente compreendida e analisada e, em segundo lugar, esse foco nas dimensões fascistas do governo eclipsa a importância das forças sociais e culturais sem rosto da des-democratização que enfatizei neste ensaio. Em suma, a nomenclatura ameaça manter o foco num "eles" opressivo, em vez de um "nós" subjetivo.

medida que os princípios são atacados a partir de uma direção, as instituições são abaladas a partir de outra, um ponto no qual a esquerda – sem uma visão independente de si mesma – comumente encontra a si mesma em uma posição peculiar de ser um pouco mais do que uma defensora de uma democracia liberal em declínio. Na ausência de uma visão de esquerda substantiva, uma ausência que inevitavelmente produz uma política de reação, a agenda moral neoconservadora e desprezo por direitos civis pareceriam convencer muitos liberais e esquerdistas para um moralismo concorrente ou para a rejeição a todas as reivindicações morais no público e no social com o libertarianismo civil e um secularismo vazio ⁴⁵.

Do mesmo modo, o dismantelamento neoliberal das provisões e serviços públicos comumente impulsiona os liberais e os esquerdistas para um anacrônico Estatismo de bem-estar social. Por mais que seja compreensível, essas respostas tomam inadequadamente as configurações contemporâneas de poder e evitam o que pode ser a questão mais crítica para os democratas radicais e os igualitaristas sociais de hoje, que não é a questão de qual a melhor forma de defender as liberdades civis, o secularismo, ou o estatismo de bem-estar social, mas se o sonho democrático – o princípio do povo para o povo está terminado. Como podem ser democratizados os poderes extraordinários que hoje constroem e organizam a vida coletiva? Nós somos realmente democratas – nós ainda acreditamos ou queremos o poder popular? Nós acreditamos que o povo pode ou deve governar a si mesmo, dividindo, tanto quanto possível, os vários poderes (políticos, sociais, e econômicos) que atualmente o governam? Se não, qual é significância dessa crença vacilante para um projeto de esquerda? E, se nós ainda acreditamos, como é que os nossos esforços renovados para democratizar o poder contestariam as forças e rivalizariam com as iscas da antidemocracia contemporânea?

⁴⁵ Ao sugerir a ausência de uma visão de esquerda substantiva, não descarto iniciativas como o Fórum Social Mundial, o movimento Democracia Viva, o Fórum Internacional sobre Globalização e muitas outras organizações, protestos e workshops multinacionais e muitas vezes transnacionais que ocorreram sob o signo da antiglobalização ou “Outro mundo é possível” ao longo da última década. Estas medidas devem apenas ser aplaudidas, mas (ainda?) não resultam nem numa visão para a governação democrática nem numa estratégia para democratizar os poderes existentes. Como tantos movimentos, partidos e líderes radicais aprenderam ao longo dos anos, a diferença entre protesto e estratégias para tomar o poder, e muito menos governar, é bastante significativa.

Recebido em: 16 de agosto de 2024.

Aceito em: 25 de outubro de 2024.

Wendy Brown

Renomada teórica política que trabalha com a história do pensamento político, economia política, filosofia continental, teoria cultural e teoria crítica do direito, Wendy Brown é a Cátedra UPS Foundation na Escola de Ciências Sociais. Antes de sua nomeação no Instituto, ela ocupou a Cátedra Classe de 1936 na Universidade da Califórnia, Berkeley, onde foi uma professora e estudiosa premiada.



wlbrown@ias.edu



<https://www.ias.edu/sss/wendy-brown>